



## CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023

**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, LEI FEDERAL Nº 11.947, DE 16/07/2009 E RESOLUÇÃO Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2020.**

O Município de São Pedro do Sul/RS, **TORNA PÚBLICO** aos interessados que está procedendo à **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023**, para fins de **HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO DOS FORNECEDORES E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, em conformidade com a Lei nº 11.947/09 e **Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020**.

Solicitações de esclarecimentos deverão ser encaminhadas, em até 03 (três) dias úteis antes da data final do recebimento da documentação exigida, através do e-mail [licitacoes@saopedrodosul.org](mailto:licitacoes@saopedrodosul.org) ou, preferencialmente, protocoladas no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul/RS.

A sessão de abertura dos envelopes dos proponentes, dar-se-á em sessão pública a ser realizada **no dia 17 de fevereiro de 2023, às 09:00 horas**.

### CAPÍTULO I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta Chamada Pública a habilitação dos fornecedores e recebimento das propostas de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Lei nº 11.947, de 16/07/2009 e Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020, conforme especificações e quantidades estimadas a seguir.

**1.1.1.** Em caso da não entrega do produto no dia solicitado conforme o cronograma (dia e horário estipulado), o credenciado deverá por escrito (via e-mail, fax, ofício) comunicar ao Setor de Alimentação Escolar o motivo da não **entrega com no mínimo três dias úteis de antecedência**. Se ocorrer 3 falhas na entrega, o Setor de Alimentação Escolar encaminhará ofício a Prefeita Municipal sugerindo o cancelamento do item.

**1.1.2.** O prazo de validade da proposta **não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação

**1.2. DA RASTREABILIDADE DE ALIMENTOS IN NATURA**, conforme a publicação da instrução normativa conjunta Anvisa e MAPA nº 02, de 07 de fevereiro de 2018, produtos como frutas e verduras que sejam abrangidos por esta norma, nas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL - RS**

**CNPJ: 87.489.910/0001-68**

**Rua Floriano Peixoto, 222 CEP 97400-000 – São Pedro do Sul - RS**

**Fone Geral (55) 3276-6100 - Licitações (55) 3276.6108**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES**

[www.saopedrodosul.rs.gov.br](http://www.saopedrodosul.rs.gov.br)

[licitacoes@saopedrodosul.org](mailto:licitacoes@saopedrodosul.org)

situações de compra ou venda desses produtos para todos os entes das cadeias de produção, distribuição e comercialização, cada envolvido, desde o produtor até o comércio, deve manter, no mínimo, os registros das informações obrigatórias de rastreabilidade conforme estabelecido nos Anexos I e II desta instrução normativa conjunta.

1.2.1. São compreendidos por esta norma, os seguintes produtos: citros, maçã, uva, batata, alface, repolho, tomate, pepino, melão, morango, coco, goiaba, caqui, mamão, banana, manga, cenoura, batata doce, beterraba, cebola, alho, couve, agrião, almeirão, brócolis, chicória, couve-flor, pimentão, abóbora, abobrinha, abacate, abacaxi, anonáceas, cacau, cupuaçu, kiwi, maracujá, melancia, romã, açaí, acerola, amora, ameixa, caju, carambola, figo, framboesa, marmelo, nectarina, nêspera, pêsego, pitanga, pera, mirtilo, cará, gengibre, inhame, mandioca, mandioquinha-salsa, nabo, rabanete, batata yacon, couve chinesa, couve-de-bruxelas, espinafre, rúcula, alho-poró, cebolinha, coentro, manjeriço, salsa, erva-doce, alecrim, estragão, manjerona, sálvia, hortelã, orégano, mostarda, acelga, repolho, couve, aipo, aspargos, beringela, chuchu, jiló, maxixe, pimenta e quiabo.

## **CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste procedimento, somente:

2.1.1. Fornecedores Individuais: Agricultores familiares não organizados em grupos, detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP Física.

2.1.2. Agricultores familiares organizados em grupos informais detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP Física de cada agricultor.

2.1.3. Grupos formais: Agricultores familiares organizados em grupos formais (Cooperativas e Associações) detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP Jurídica.

2.2. Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias à execução do seu objeto, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93.

2.3. Será aceita a participação de agricultores detentores do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF, em substituição à DAP.

## **CAPÍTULO III – DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O proponente ou o seu representante deverá, preferencialmente, na mesma ocasião da entrega de seu envelope, apresentar-se à Comissão Especial de Compras da Agricultura Familiar, para efetuar seu credenciamento como participante deste



procedimento, munido da sua carteira de identidade e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante os procedimentos relativos a esta dispensa de licitação.

3.1.1. O credenciamento poderá ser efetuado durante a sessão pública, antes de quaisquer manifestações em nome do proponente a ser representado.

3.1.2. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do proponente no presente procedimento, porém impedirá o interessado de manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão, em nome do proponente.

3.2. Considera-se como representante do proponente qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

3.3. Cada credenciado poderá representar apenas um proponente. Aquele que já tiver, na sessão pública, se manifestado em nome de um proponente, não poderá mais optar por representar outro, nesta mesma sessão.

3.4. Os documentos exigidos nesta dispensa de licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

3.4.1. Não terá por comprovada a autenticidade de documentos por meio de cópias que não sejam das originais (cópia de cópia).

#### **CAPÍTULO IV – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

4.1. Os envelopes deverão ser entregues **até o dia 17 de fevereiro de 2023, às 09:00 horas** no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul, no Centro Administrativo, Rua Floriano Peixoto, nº 222, no horário das 08:00 às 14:00 horas.

4.2. Cada participante deverá apresentar um único envelope contendo os documentos de habilitação.

4.3. O envelope poderá ser entregue à Comissão por qualquer pessoa, desde que apresente seu documento de identidade, para o qual será emitido o respectivo recibo.

4.4. Os envelopes contendo a habilitação poderão ser enviados via correio, porém, a Comissão não se responsabiliza por possíveis atrasos na entrega dos mesmos e extravios.



4.5. O Setor de Licitações não se responsabilizará por envelopes entregues a secretárias, recepcionistas ou em qualquer outra repartição do órgão que não seja o Setor de Licitações.

4.6. Se por ventura mais de um envelope de um mesmo participante for entregue à Comissão, terá preferência, para efeito de participação na disputa, aquele apresentado por representante devidamente credenciado pelo participante e se mais de um envelope do mesmo participante tiver sido entregue desta forma, terá preferência aquele apresentado por último, tempestivamente.

4.7. Envelopes apresentados após o momento definido previamente no preâmbulo deste Edital somente serão recebidos se o responsável por entregá-los apresentar-se para tanto, no Setor de Licitações, até o horário limite determinado, e estiver aguardando o atendimento pela Comissão.

4.7.1. Depois de ultrapassado esse horário, excetuando-se a situação prevista no subitem 4.7, nenhum outro será recebido, tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação.

## **CAPÍTULO V – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

5.1. Para participação da Chamada Pública, de acordo com a Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e suas alterações, os Fornecedores Individuais, Grupos Formais e Informais, deverão apresentar os documentos de habilitação e a sua proposta em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023 ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO PROPONENTE (NOME COMPLETO)	MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023 ENVELOPE 02 – PROPOSTA PROPONENTE (NOME COMPLETO)
--	--

## **CAPÍTULO VI – DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO (Envelope 1)**

### **6.1. DOS FORNECEDORES INDIVIDUAIS DE DAP FÍSICA (NÃO ORGANIZADO EM GRUPO):**

I – A prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

II – O extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, desde que emitido até 31/10/2022, ou CAF;

III – O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante (anexo);



IV – A prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativa específica, quando for o caso;

V – Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda;

### **6.2. DOS GRUPOS INFORMAIS DE AGRICULTURA FAMILIAR, DETENTORES DE DAP FÍSICA (ORGANIZADOS EM GRUPO):**

I – A prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

II – O extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, desde que emitido até 31/10/2022, ou CAF;

III - O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;

IV – A prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativa específica, quando for o caso;

V – A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

### **6.3 DOS GRUPOS FORMAIS, DETENTORES DE DAP JURÍDICA:**

I – A prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II – O extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, desde que emitido até 31/10/2022, ou CAF;

III – A prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

IV – As cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente (Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas);

V - O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;

VI – A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados, relacionados no projeto de venda;

VII – Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do seu limite individual de venda de suas cooperados/associados;



VIII – A prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativa específica, quando for o caso.

IX - Devem constar nos Projetos de Vendas de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor dos gêneros constantes no Projeto. Na ausência ou irregularidade de qualquer desses documentos, há o prazo de 24 horas (1 dia útil) para a regularização da documentação.

**6.4. Para todos, além dos solicitados, quando apresentarem produtos de:**

**a) Origem Animal:**

I - apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção Sanitária, podendo ser municipal, estadual ou federal.

**b) Origem Vegetal** processado (massas, pães, bolachas, doces de fruta, extrato de tomate, farinhas, mandioca descascada, etc):

I – apresentar Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual.

**c) Para Sucos;**

I – apresentar Certificado de registro no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), quando for o caso.

6.5. Cada documento deverá ser apresentado em uma via, podendo ser o original, cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão, no momento da abertura dos envelopes, mediante apresentação do original.

6.6. Toda a documentação deverá estar vigente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

**CAPÍTULO VII – DA PROPOSTA - PROJETO DE VENDA (Envelope 2)**

7.1. Os projetos de vendas deverão ser apresentados conforme modelo FNDE devidamente preenchido em nome da organização com o nome do agricultor, número do CPF e número da DAP, respeitando o limite de **R\$ 40.000,00 por DAP familiar/ano/EEX.**

7.1.1. Cada **Fornecedor Individual ou Grupo Formal** deverá, obrigatoriamente, ofertar a quantidade e variedade de produtos alimentícios de acordo com sua produção e estar em conformidade com as normas técnicas da legislação vigente para produção. **Ou seja, é permitido que o projeto de vendas contemple apenas a quantidade parcial do que está sendo solicitado, considerando a produção do agricultor credenciado.**



## **CAPÍTULO VIII – DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES**

8.1. No dia, horário e local designado neste Edital, a Comissão de Licitação dará início à sessão pública.

8.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os proponentes ou representantes credenciados, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

8.2. Após assinatura nos envelopes pelos membros da Comissão e pelos proponentes presentes, proceder-se-á a abertura desses, quando então a documentação de habilitação será analisada, conforme item próprio deste Edital.

8.3. As documentações dos envelopes também deverão ser rubricadas pelos membros da Comissão e pelos proponentes e representantes presentes.

8.3.1. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a se reunir, informando os interessados.

8.4. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e proponentes presentes.

## **CAPÍTULO IX – DA COMISSÃO E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

9.1. A Comissão de Licitação nomeada pela Portaria nº 3692 de 22 de dezembro de 2022 analisarão as propostas e documentos que atendam a todas as condições exigidas nesta Chamada Pública.

9.2. Só serão aceitas e classificadas as propostas cujo valor não seja superior ao máximo definido neste Edital.

9.3. Para seleção, os projetos de venda habilitadas serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

9.4. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

**I - o grupo de projetos de fornecedores locais do município terá prioridade sobre os demais grupos.**

**II - o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica imediata terá prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País.**

III - o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.



9.5. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

**I – os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;**

**II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;**

**III - os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar (detentoras de DAP Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP);**

9.6. Caso a Entidade Executora não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 9.4 e 9.5.

9.7. No caso de empate entre grupos formais, terão prioridade organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

9.8. Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

9.9. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras:

9.9.1. Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora.

9.9.2. Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: “Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 40.000,00”.

## **CAPÍTULO X – DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS**

10.1. Poderá ser exigida a entrega de amostra dos itens licitados, os quais o Setor Competente julgar necessário. A amostra deverá ser fornecida em até 3 (três)



dias após a solicitação por escrito, que poderá ocorrer em qualquer período durante a vigência contratual e deverá atender as mesmas marcas comerciais licitadas pela Contratada.

## CAPÍTULO XI – DA CONTRATAÇÃO

11.1. Declarado vencedor, o grupo formal deverá assinar o contrato no prazo de 05 dias após convocação do Setor de Contratos.

11.2. Os contratos serão adequados sempre que houver alterações na legislação ou por adequação necessária ao projeto de venda apresentado, como exclusão e inclusão de itens, para que o cardápio mantenha a variedade necessária ao atendimento da legislação e o da alimentação saudável.

11.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração.

## CAPÍTULO XII – DO PERÍODO DE VIGÊNCIA

12.1. O prazo **de vigência do Contrato será de até 12 meses** a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal, ou até a entrega do quantitativo total dos produtos adquiridos, o que ocorrer primeiro.

12.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

## CAPÍTULO XIII – DAS OCORRÊNCIAS

13.1. Na hipótese de ocorrer cisão, fusão ou incorporação envolvendo duas ou mais entidades e até a criação de uma terceira (cooperativa ou associação) que venha agregar uma ou mais associações, as compras terão sua continuidade, respeitando as DAPs já cadastradas. Para efeito de documento fiscal, caso esta nova entidade venha a emitir, será necessário a assinatura de novo contrato, com a anuência de ambas as partes.

13.2. Na hipótese também de ocorrer alguma adequação no cardápio pelo Setor de Alimentação Escolar no decorrer do ano letivo, de produtos hortícolas in natura ou industrializados e de produtos estocáveis, as organizações contratadas serão consultadas sobre a possibilidade de substituição de itens em adequação ao cardápio, ou ainda sobre a possibilidade de apresentação de novo projeto de vendas.

13.2.1. Não havendo disponibilidade pelas organizações contratadas de DAPS e de produtos, poderão ser consultadas outras organizações credenciadas sobre a possibilidade e disponibilidade dos itens solicitados para apresentação de projeto de



venda durante a vigência do Contrato (Dispensa de Licitação) oriundo da chamada pública, ou publicar outras chamadas se necessário.

#### **CAPÍTULO XIV – DO PAGAMENTO**

14.1. O efetivo pagamento será mediante depósito bancário na **Conta Corrente nº XXXXX, Agência XXXXdo Banco XXXXXX.**

14.2. O pagamento efetuado pelo **CONTRATANTE** não isenta **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

14.3. O pagamento será efetuado a **CONTRATADA**, após a entrega dos itens e devida conferência e aceite pelo **CONTRATANTE**.

14.4. O pagamento não isentará a **CONTRATADA** da responsabilidade pelo objeto entregue ou implicará em sua aceitação.

14.5. O pagamento dar-se-á da seguinte forma:

I - A contratada deverá expedir Nota Fiscal (NF), em nome da Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul, constando os produtos adquiridos no período, com a identificação desse contrato e do número do empenho.

II - Após a avaliação dos itens adquiridos, constatado o atendimento de todas as cláusulas contratuais pelo responsável pela fiscalização do contrato que dará o aceite na NF, encaminhando-a ao Setor de Almoxarifado para lançamento da liquidação da NF, o qual remeterá, imediatamente, à Secretaria Municipal da Fazenda que efetuará o pagamento à **CONTRATADA**, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal, após análise da documentação pelo Setor de Contabilidade.

14.6. O atraso na entrega da nota fiscal/fatura acarretará o adiamento do prazo de pagamento da mesma quantidade de dias, não incidindo neste caso, qualquer acréscimo de valores a título de juros, multa ou correção monetária.

14.7. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

14.8. O **CONTRATANTE** reserva-se ao direito de suspender o pagamento se os produtos fornecidos estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

#### **CAPÍTULO XV - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

15.1. As despesas ocorrerão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

**Órgão: 0601 – Ensino Fundamental**



Projeto/Atividade: 2062 – Alimentação Escolar (E.M.E.F)  
Elemento de Despesa: 33.90.30.07 – Material de Consumo – Gêneros de Alimentação  
Código da Dotação: 236 – Recurso 552 – Bloqueio: 289

**Órgão: 0602 – Ensino Infantil**

Projeto/Atividade: 2602 – Alimentação Escolar (E.M.E.I)  
Elemento de Despesa: 33.90.30.07 – Material de Consumo – Gêneros de Alimentação  
Código da Dotação: 224 – Recurso 552 – Merenda Escolar – Bloqueio 304

## **CAPÍTULO XVI – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

16.1. Durante a vigência do contrato, os preços serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

16.1.1. A CONTRATADA deverá prever em suas propostas as altas e baixas sazonais nos preços dos produtos a serem fornecidos, os dissídios coletivos anuais das categorias profissionais envolvidas na contratação, a inflação do período de fornecimento, e outros fatores que poderão influenciar o custo do produto durante o prazo de vigência do contrato, uma vez que estes não estão previstos nas situações do dispositivo legal anteriormente citado.

16.2. Caso o preço seja atualizado, este não poderá ser superior ao praticado no mercado.

16.3. Não serão aceitas trocas de marca dos produtos ofertados, bem como da embalagem (com relação a quantidade), sendo a empresa obrigada ao fornecimento de acordo com o estabelecido no presente termo de contrato.

## **CAPÍTULO XVII – DA ENTREGA/FORNECIMENTO DOS PRODUTOS**

17.1. O **Setor de Alimentação Escolar** entregará aos licitantes, com antecedência mínima de 4 (quatro) dias úteis ou 7 (sete) dias corridos o cronograma das entregas, com datas, locais e horários mediante forma escrita ou via e-mail.

17.2. O **Setor de Alimentação Escolar**, reserva-se o direito de estabelecer dias e horários para as entregas dos gêneros alimentícios.

17.3. O **Setor de Alimentação Escolar** reserva-se no direito de cancelar entregas previamente agendadas ou alterar a quantidade dos itens anteriormente previstos em cronograma. Esta alteração será realizada com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos e será comunicada ao contratante por escrito ou via e-mail.



17.4 O **Setor de Alimentação Escolar** não aceitará sob nenhum pretexto a transferência de responsabilidade de cumprimento das exigências previstas neste edital da contratada para terceiros, sejam estes fabricantes, intermediários ou quaisquer outros.

17.5. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, por meio escrito, ficando a aceitação da mercadoria facultada ao contratante.

**17.6. Os produtos somente serão recebidos pelo Setor de Alimentação Escolar, quando atendidas as seguintes exigências:**

- a) Data de validade mínima para entrega dos gêneros alimentícios, sendo:**
- b) Feijão, açúcar mascavo, mandioca à vácuo, suco de uva e arroz – Validade mínima de 120 dias após a data de entrega.**
- c) Pães – Validade mínima de 8 dias após a entrega.**
- d) Bolachas e biscoitos – Validade mínima de 60 dias após a entrega.**
- e) Peixes e derivados, carne suína, macarrão caseiro e mandioca embalada à vácuo – Validade mínima de 45 dias após a data da entrega.**
- f) Ovos vermelhos – validade mínima de 20 dias após a data de entrega.**

17.7. As frutas e verduras deverão ser transportadas em caixas plásticas, do tipo polietileno, em embalagem plástica. Não serão aceitas frutas e verduras entregues em caixas de papelão ou madeira.

17.8. Será observado no ato do recebimento as condições higiênico-sanitárias do veículo e dos equipamentos utilizados para o transporte dos gêneros alimentícios, podendo ocorrer recusa do alimento por parte do contratante caso sejam observadas condições impróprias de armazenamento, transporte e embalagem.

17.9. Todos os itens serão pesados no ato do recebimento em balança digital eletrônica. Serão aceitas diferenças de peso de cem gramas para mais ou a menos da quantidade solicitada.

17.10. Caso a quantidade esteja inferior ao solicitado, a contratada receberá uma notificação por escrito do setor competente, solicitando a entrega da quantidade restante no prazo de até vinte e quatro horas. Caso não ocorra o ressarcimento da quantidade, poderá ser aceita a reemissão da nota fiscal eletrônica com a quantidade entregue ou a contratada ficará sujeita as penalidades previstas em lei.

17.11. Não serão aceitos alimentos com embalagem violada, amassada ou fora dos padrões de qualidade ou da embalagem primária (no caso dos não perecíveis). Não serão aceitos enlatados com embalagem amassada, pacotes furados ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL - RS

CNPJ: 87.489.910/0001-68

Rua Floriano Peixoto, 222 CEP 97400-000 – São Pedro do Sul - RS

Fone Geral (55) 3276-6100 - Licitações (55) 3276.6108

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

[www.saopedrodosul.rs.gov.br](http://www.saopedrodosul.rs.gov.br)

[licitacoes@saopedrodosul.org](mailto:licitacoes@saopedrodosul.org)

quaisquer outras inadequações. Frutas e verduras serão observadas quanto ao grau de maturação das mesmas. Não serão aceitas frutas e verduras machucadas ou com grau de maturação inadequado.

**17.12. Itens resfriados, tais como, mandioca embalada à vácuo, macarrão caseiro, peixes e derivados e carne suína devem ser transportados em caixas térmicas caso o veículo para transporte não seja equipado com refrigeração. Alimentos entregues em temperatura ambiente sem nenhum cuidado com a temperatura poderão ser recusados no ato da entrega por parte da contratante.**

17.13. Todos os produtos deverão conter origem, lote, data de fabricação, peso líquido e data de validade. Não serão aceitos produtos sem procedência identificada. Só serão aceitos ovos em embalagem de dúzia individual. Pães deverão conter a data de fabricação impressa no rótulo.

17.14. Os produtos serão conferidos no ato da entrega, sendo que a contratante poderá solicitar troca dos mesmos por inconformidades descritas nos itens anteriores em até quarenta e oito horas após a entrega.

17.15. O licitante se obriga a ajustar, refazer e/ou substituir qualquer produto entregue, que pelo material utilizado ou defeito de fabricação, por inconformidade por data de validade, tipo ou classificação do produto torna-o inadequado.

17.16. A substituição ou troca do produto com inconformidade deverá ser realizada em até quarenta e oito horas. Caso não ocorra a substituição solicitada, a contratada poderá sofrer as penalidades previstas neste edital.

**17.17. Os horários de entrega dos gêneros alimentícios serão nos dias úteis (conforme cronograma), das 07:30h às 9h. Poderá ocorrer alteração no dia e horário da entrega dos gêneros pelo setor de alimentação escolar, mediante comunicação prévia ao produtor com 72 horas de antecedência. Após as 9h NÃO será aceita a entrega por parte do setor, exceto em condições de aviso prévio do agricultor e com autorização do setor.**

## **CAPÍTULO XVIII – DAS SANÇÕES**

### **18.1. ADVERTÊNCIA**

A penalidade de ADVERTÊNCIA poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

18.1.1. Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarrete prejuízos para a entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

18.1.2. Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.



## **18.2. MULTA**

O **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, multa moratória e multa por inexecução contratual:

### **18.2.1 - MULTA MORATÓRIA**

I - A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado no cumprimento do objeto ou de prazos estipulados no Edital para os compromissos assumidos.

II - A multa moratória será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia corrido de atraso na entrega dos serviços a contar da emissão da Ordem de Serviço, sobre o valor da NOTA DE EMPENHO.

### **18.2.2 - MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL**

I - A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada no percentual de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata-dia, sobre o valor total dos serviços, acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano.

II – O atraso injustificado na assinatura do contrato ou a rescisão do mesmo por culpa da contratada implicará em multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta, independentemente da penalidade de suspensão.

## **18.3. SUSPENSÃO**

18.3.1. A suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de São Pedro do Sul/RS destina-se a punir inadimplente na execução do contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação, podendo ser aplicada nas seguintes hipóteses pelos seguintes períodos:

### **18.3.2. Por 6 (seis) meses:**

I - Atraso no cumprimento das obrigações assumidas, que tenham acarretado prejuízo à entidade.

II - Execução insatisfatória do contrato, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

### **18.3.3. Por 1 (um) ano:**

I - Na ocorrência de qualquer ato ilícito praticado pelo licitante visando frustrar seus objetivos ou que inviabilize a licitação, resultando na necessidade de promover novo procedimento licitatório.

II - Recusar-se a assinar o Termo de Contrato dentro do prazo estabelecido.



**18.3.4.** Por 2 (dois) anos quando a licitante ou contratada:

I - Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente;

II - Cometer atos ilícitos que acarretem prejuízo à entidade, ensejando a rescisão do contrato;

III - Tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

IV - Apresentar a entidade qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, para participar da licitação;

V - Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com a entidade;

**18.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

18.4.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta, se anteriormente for constatada uma das seguintes hipóteses:

I - Má-fé, ações maliciosas e premeditadas em prejuízo da entidade;

II - Evidência de atuação com interesses escusos;

III - Reincidência de faltas ou aplicação sucessiva de outras penalidades;

18.4.2. Ocorrendo as situações acima expostas, o Município de São Pedro do Sul/RS, poderá aplicar a Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, concomitantemente, com a aplicação da penalidade de suspensão de 2 (dois) anos, extinguindo-se após seu término.

18.4.3. A Declaração de Inidoneidade implica proibição da contratada de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida a reabilitação perante a Administração.

18.5. As penalidades previstas neste Edital poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente, sem prejuízos de outras sanções cabíveis.

**CAPÍTULO XIX – DAS RESPONSABILIDADES DOS FORNECEDORES**

19.1. Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias a execução do seu objeto, sujeitando-se, em



caso de declaração falsa, às penalidades previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº. 8666/1993.

19.2. O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no projeto de venda, Anexo ao presente edital.

19.3. Será de responsabilidade exclusiva do agricultor o ressarcimento de eventuais prejuízos decorrentes da má qualidade dos produtos ou do atraso no fornecimento.

## **CAPÍTULO XX – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

20.1. O **CONTRATANTE**, em razão da supremacia do interesse público sobre o interesse particular, poderá realizar as seguintes ações quanto ao CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

20.1.1. Modificá-lo unilateralmente para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural e suas Organizações;

20.1.2. Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos de infração contratual ou inaptidão dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural e suas Organizações;

20.1.3. Fiscalizá-lo quanto a sua execução por meio dos servidores (executores internos) designados para este fim; e

20.1.4. Aplicar sanções aos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural e suas Organizações, motivadas pela inexecução parcial ou total do CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

## **CAPÍTULO XXI – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

21.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento dos Projetos de Venda, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório da Chamada Pública;

21.1.1. Não será admitida a impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via *e-mail*.

21.2. Caberá a Comissão de Licitação decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

21.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, caso a alteração implique na formulação do **Projeto de Venda**.



## CAPÍTULO XXII – DOS RECURSOS

22.1. Qualquer GRUPO FORMAL DE AGRICULTORES E EMPREENDEDORES DE BASE FAMILIAR RURAL poderá manifestar a intenção de recorrer, com registro em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso. O recurso deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão de Licitação, e protocolizado na Prefeitura Municipal.

22.1.1. Não será admitida apresentação das razões de recursos por intermédio de *facsimile* ou via *e-mail*.

22.2. Verificada a situação prevista no item anterior, ficam os demais proponentes desde logo intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

22.3. A falta de manifestação imediata e motivada do participante quanto ao resultado da **CHAMADA PÚBLICA nº 001/2023** importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente haverá a adjudicação do objeto pela Comissão de Licitação ao(s) vencedor (es);

22.4. Acatado(s) o(s) recurso(s) pela Comissão procederá à adjudicação do objeto à Proponente vencedora.

22.5. Não acolhendo o recurso, a Comissão prestará informações no prazo de 01 (um) dia, e remeterá os autos à autoridade competente para decisão;

22.5.1. Decidido(s) o(s) recurso(s) interposto(s) e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e adjudicará o objeto ao Grupo vencedor.

22.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

22.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Secretaria Municipal de Administração, Setor de Licitações.

## 23. FATOS SUPERVENIENTES

23.1. Os eventos previstos nesta Chamada Pública estão diretamente subordinados à realização e ao sucesso das diversas etapas do processo. Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à sua publicação, que possam vir a prejudicar o processo e/ou por determinação legal ou judicial, ou ainda por decisão da Comissão, poderá haver adiamento do processo ou a sua revogação ou modificação no todo ou em parte.

## CAPÍTULO XXIV – ANEXOS



Anexo I - Descrição do padrão de classificação dos hortícolas.

Anexo II - Estimativa de consumo

Anexo III - Relação Escolas e Percurso

Anexo IV - Modelos de Projetos de Venda

Anexo V - Declaração de Produção Própria

Anexo VI - Declaração de Responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda dos cooperados/associados – Grupos Formais

Anexo VII - Minuta de Contrato

### **CAPÍTULO XXV - DISPOSIÇÕES FINAIS**

25.1. A participação de qualquer proponente Vendedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

### **CAPÍTULO XXVI – DO FORO**

26.1. A presente Chamada Pública é regulada por leis brasileiras, sendo exclusivamente competente o Foro da Comarca de São Pedro do Sul para conhecer e julgar quaisquer questões dela decorrentes.

**São Pedro do Sul, 26 de janeiro de 2023**

Vernei Pedro Delcul

Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal

Sara Crisana Simon

Presidente Comissão Licitação

Visto Assessoria Jurídica:



## **ANEXO I - CLASSIFICAÇÃO DOS HORTIFRUTIGRANGEIROS**

Contrato de organizações da Agricultura Familiar para fornecimento de hortifrutigranjeiros destinados a Secretaria de Educação – Setor de Alimentação Escolar da Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul- RS, deverá obedecer ao padrão de classificação médio utilizado pela CONAB para a Agricultura Familiar e estar em conformidade com a descrição abaixo.

1.1. Frutas Diversas, Hortaliças e Mandioca, Cebola e Batata deverão estar próprias para o consumo humano, IN NATURA ou não, ser procedentes de espécies genuínas e sãs e satisfazer as seguintes condições mínimas no ato da entrega:

1.2. Serem frescas, sãs e inteiras, abrigadas dos raios solares;

1.3. Serem colhidas ao atingir o grau normal de evolução e apresentadas ao consumo em perfeito estado de desenvolvimento de tamanho, aroma e cor próprios da espécie e variedade;

1.4. Terem atingido o grau de maturação que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e o armazenamento em condições adequadas para o consumo no decorrer da semana;

1.5. Serem colhidos cuidadosamente, não estarem golpeados ou danificados por quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica acima de 5% da superfície do fruto e que afetem sua aparência. A polpa e o pedúnculo (quando houver) deverão se apresentar intactos e firmes;

1.6. Estarem isentos de:

- Substâncias terrosas;
- Sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa;
- Insetos, parasitos, larvas e outros animais (nos produtos e/ou embalagens)
- Umidade externa anormal;
- Resíduos de defensivos agrícolas e/ou outras substâncias tóxicas;
- Rachaduras e cortes na casca;
- Odores e sabores estranhos;
- Enfermidades;
- Praticamente isentas de danos causados por altas ou baixas temperaturas durante a estocagem;



- Não devem apresentar principalmente alface e escarola, ausência da parte interna, ou seja, “coração”;
- Serão tolerados defeitos leves que não ultrapassem a 0,5% do volume total e defeitos graves não serão tolerados.

**Características gerais do produto: As hortaliças de frutos de raízes, de tubérculos e mandioca deverão proceder de espécies genuínas e sãs e satisfazer as seguintes condições mínimas:**

- 1- Serem frescas e sãs;
- 2- Terem atingido o grau de evolução completa do tamanho;
- 3- Estarem isentas de material terrosas, exceto a mandioca.

### **HORTALIÇAS – Verduras**

**Descrição:** Verduras em estado in natura

**Qualidade:** Considera-se para verificação da qualidade, características como:

- a) do produto: tamanho, peso, graus de maturação, coloração, formato, danos por pragas, danos por doenças, danos mecânicos;
- b) da embalagem : acondicionamento, disposição, enchimento, limpeza.

**Tolerância:** Não serão tolerados defeitos graves (podridão, dano profundo, passadas) que representem quantidade superior a 2,0% (dois por cento) do peso total do produto entregue.

**Legislação:** Código de Defesa do Consumidor – Lei Federal nº 8078/1990

Portaria do INMETRO nº 157 de 19/08/02

Resolução RDC 259 de 20/09/02 - ANVISA/MS

Boletim Informativo CEAGESP

### **FRUTAS DIVERSAS**

**Descrição:** Frutas diversas, destinadas ao consumo in natura, com teores de açúcar e acidez compatíveis com esse fim.

1. Os produtos, quer sejam frutas, verduras e legumes deverão atender as especificações acima descritas, e ser entregues de acordo com o solicitado, sendo de inteira responsabilidade do Agricultor ou Associação a qualidade dos produtos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL - RS

CNPJ: 87.489.910/0001-68

Rua Floriano Peixoto, 222 CEP 97400-000 – São Pedro do Sul - RS

Fone Geral (55) 3276-6100 - Licitações (55) 3276.6108

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

[www.saopedrodozul.rs.gov.br](http://www.saopedrodozul.rs.gov.br)

[licitacoes@saopedrodozul.org](mailto:licitacoes@saopedrodozul.org)

---

2. Será rigorosamente exigido o padrão de qualidade dos produtos hortifrutigranjeiros no Ato da Entrega, sendo que se o mesmo não condizer com o solicitado será DEVOLVIDO.

### **EXTRAS**

Os produtos abaixo, **deverão obedecer às normas de** qualidade, conter rótulo com informação nutricional e inspeção sanitária adequados, bem como respeitar as especificações descritas do produto.



## ANEXO II – ESTIMATIVA DE CONSUMO

### Quantitativos, especificações mínimas e complementares e valores de aquisição:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário máximo
1	615	PCT	<b>AÇÚCAR MASCADO</b> , pacote 500 gramas. Prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data de entrega.	9,36
2	845	PÉ	<b>ALFACE CRESPA</b> , PÉ, íntegra, de 1ª qualidade, compacta e firme, com folhas frescas e viçosas, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isentas de sujidades, parasitas e larvas, peso mínimo de 300g, acondicionadas em caixas próprias e dentro de embalagem plástica. Transportadas de forma adequada	3,00
3	350	KG	<b>BATATA DOCE</b> , KG, peso médio de 140 gramas, limpa, em perfeito estado de conservação e maturação, livre de machucados, rachaduras e cortes na casca, acondicionadas em embalagem plástica, transportadas de forma adequada.	4,63
4	1.162	KG	<b>BERGAMOTA COMUM, IN NATURA</b> de primeira qualidade, tamanho médio 50 a 100 gramas, uniforme, sem ferimentos.	4,33
5	322	KG	<b>BETERRABA</b> , KG, produto fresco e com grau de maturação intermediária. Apresentar odor agradável, consistência firme, não apresentar perfurações nem machucados. Corpo uniforme, sem deformidades, acondicionada em embalagem plástica. transportadas de forma adequada.	4,46
6	780	PCT	<b>BISCOITO SALGADO, TIPO MIGNON</b> , assado, pacote de 400 gramas. Data de validade mínima de 30 dias após a entrega. Não deve conter aditivos químicos alimentícios, como conservantes, corantes, acidulantes, dentre outros. Deve ser entregue em embalagem plástica contendo rótulo, informação nutricional e identificação.	8,16
7	730	PCT	<b>BOLACHA CASEIRA, TIPO MAISENA OU POLVILHO DOCE OU AMANTEIGADO DE BAUNILHA</b> , pacote de 400 gramas. Validade mínima de 30 dias a contar da data da entrega. Deve ser entregue em embalagem plástica	9,05



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL - RS

CNPJ: 87.489.910/0001-68

Rua Floriano Peixoto, 222 CEP 97400-000 – São Pedro do Sul - RS

Fone Geral (55) 3276-6100 - Licitações (55) 3276.6108

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

[www.saopedrodosul.rs.gov.br](http://www.saopedrodosul.rs.gov.br)

[licitacoes@saopedrodosul.org](mailto:licitacoes@saopedrodosul.org)

			contendo rótulo, informação nutricional e identificação.	
8	425	PCT	<b>BOLACHA CASEIRA, TIPO ROSQUINHA DE MILHO</b> , pacote de 400 gramas. Validade mínima de 30 dias a contar da data da entrega. Não deve conter aditivos químicos alimentícios, como conservantes, corantes, acidulantes, dentre outros. Deve ser entregue em embalagem plástica contendo rótulo, informação nutricional e identificação.	9,51
9	261	KG	<b>BOLINHO DE PEIXE</b> , KG, congelado, feito com a parte nobre (Filé) de Tilápia. Não deve conter aditivos químicos alimentícios, como conservantes, corantes, acidulantes, dentre outros. Validade mínima de 3 meses após a data de entrega. Deve ser embalado em embalagem plástica contendo rotulagem nutricional, identificação e data de fabricação e validade, bem como registro de inspeção.	50,96
10	221	UNID	<b>BRÓCOLIS TIPO NINJA OU JAPONÊS</b> , unidade, tipo ramoso, in natura, tamanho médio, com coloração uniforme na cor verde, folhas firmes e sem áreas amareladas, sem sujidade ou outros defeitos que possam alterar sua aparência ou qualidade. Acondicionados em embalagem plástica e transportados de forma adequada. Unidade com peso mínimo de 300 gramas.	6,63
11	199,5	KG	<b>CENOURA</b> , KG, produto fresco e com grau de maturação intermediária. Apresentar odor agradável, consistência firme, não apresentar perfurações, machucados, nem ombro verde, corpo cilíndrico uniforme, sem deformidades. Acondicionada em embalagem plástica. transportadas de forma adequada.	4,63
12	221	UNID	<b>COUVE-FLOR</b> , unidade. Fresca, com folhas brilhantes, lisas e viçosas, tamanho médio. A grande, cabeças firmes e sem áreas escuras, com maturação uniforme e coloração amarelada, sem manchas de fungos. Acondicionada em embalagem plástica e transportada de forma adequada. Peso mínimo de 300 gramas.	7,30
13	175	MÇ	<b>COUVE MANTEIGA</b> , em maço, estando em perfeito estado de conservação, sem sinais de amarelamento, com talos firmes, sem folhas escuras ou murchas, livre de insetos, isenta de danos por qualquer lesão física ou mecânica. Acondicionada em embalagem plástica. Transportadas de forma adequada. Maço com peso mínimo de 200 gramas.	3,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL - RS

CNPJ: 87.489.910/0001-68

Rua Floriano Peixoto, 222 CEP 97400-000 – São Pedro do Sul - RS

Fone Geral (55) 3276-6100 - Licitações (55) 3276.6108

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

[www.saopedrodo.sul.rs.gov.br](http://www.saopedrodo.sul.rs.gov.br)

[licitacoes@saopedrodo.sul.org](mailto:licitacoes@saopedrodo.sul.org)

14	375	KG	<b>FEIJÃO PRETO TIPO 1</b> , pacote de 1 kg, limpo, sem sujidades, embalado em saco plástico de 1 kg com rótulo contendo identificação, datas de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses após a entrega.	8,63
15	75	KG	<b>FILÉ DE PEIXE</b> , Tilápia, Kg, congelado. Embalado em embalagem individual de 1 kg. Fatiado, com rótulo contendo Registro de Inspeção Sanitária, identificação, data de fabricação e validade. Validade mínima de 60 dias após a entrega.	36,63
16	1.176	KG	<b>LARANJA PARA SUCO</b> , embalagem de 1kg, não apresentar problemas com coloração não característica, estar machucado, perfurado, muito maduro e nem muito verde, isento de materiais terrosos, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos, acondicionada em embalagem plástica. Transportadas de forma adequada.	3,66
17	99	KG	<b>LOMBO SUÍNO</b> , peça fatiada, congelada. Embalado em pacote individual de 1 kg. Validade mínima de três meses após a entrega.	24,83
18	660	PCT	<b>MACARRÃO CASEIRO, TIPO FETUCCINE E/OU TALHARIN</b> , resfriado, transportado em bandeja, contendo identificação de procedência, informação nutricional, data de validade e fabricação. Isento de conservantes e aditivos. Validade mínima de 30 dias após a entrega, pacote de 500gr.	7,81
19	372	KG	<b>MANDIOCA EMBALADA A VÁCUO</b> , pacote de 1 kg, limpa, descascada, congelada e embalada a vácuo em embalagem plástica de 1 kg com aproximadamente 10 pedaços em cada pacote, com rótulo indicando procedência, data de fabricação e data de validade, transportadas de forma adequada.	6,60
20	41	KG	<b>MORANGA CABOTIÁ</b> , KG, com tamanho e cor característicos, casca firme e íntegra, sem rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre da maior parte possível de terra aderente à casca e de resíduo de fertilizante, isenta de umidade externa anormal, de colheita recente, sem partes moles, em perfeita condição de apresentação. Acondicionada em embalagem plástica e	5,63



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL - RS

CNPJ: 87.489.910/0001-68

Rua Floriano Peixoto, 222 CEP 97400-000 – São Pedro do Sul - RS

Fone Geral (55) 3276-6100 - Licitações (55) 3276.6108

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

[www.saopedrodo.sul.rs.gov.br](http://www.saopedrodo.sul.rs.gov.br)

[licitacoes@saopedrodo.sul.org](mailto:licitacoes@saopedrodo.sul.org)

			transportada de forma adequada.	
21	550	DZ	<b>OVOS VERMELHOS DE GALINHA</b> , dúzia, embalados em caixa com 12 unidades (dúzia individual), tipo grande, de casca áspera e fosca, não apresentando rachaduras e sujidades, com identificação do Registro Sanitário e prazo de validade. transportados de forma adequada.	9,66
22	306	KG	<b>PERNIL SUÍNO</b> , kg, peça fatiada, congelada, sem osso. Embalado em pacote individual de 1 kg. Validade mínima de três meses após a entrega.	20,91
23	246	KG	<b>REPOLHO VERDE</b> , de 1ª qualidade, tamanho médio, em perfeito estado de conservação e maturação, livres de machucados, rachaduras ou cortes, acondicionada em embalagem plástica, transportadas de forma adequada.	5,63
24	936	GR	<b>SUCO INTEGRAL DE UVA OU LARANJA - CONCENTRADO</b> , garrafa de 1,5 litros, sem adição de açúcar e aditivos químicos, embalagem de vidro com 1,5 litros, com identificação na embalagem do registro, ingredientes, informações nutricionais, fornecedor, peso, data de fabricação e validade.	18,16
25	180	MÇ	<b>TEMPERO VERDE</b> , maço, com folhas de cor verde, de 1ª qualidade com molho graduado, composto de cebolinha e salsa, viçoso, brilhante, fresco, verde, sem excesso de umidade, sem sinais de amarelamento, com talos firmes, sem folhas escuras ou murchas, livre de insetos, isenta de danos por qualquer lesão física ou mecânica, peso mínimo de 100g, acondicionada em embalagem plástica, transportadas de forma adequada.	3,16
26	1.260	KG	<b>TOMATE GAÚCHO</b> , kg, em perfeito estado de conservação e maturação, limpos e selecionados, livre de machucados, rachaduras e cortes na casca, acondicionado em embalagem plástica, transportados de forma adequada.	8,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL - RS**  
**CNPJ: 87.489.910/0001-68**  
**Rua Floriano Peixoto, 222 CEP 97400-000 – São Pedro do Sul - RS**  
**Fone Geral (55) 3276-6100 - Licitações (55) 3276.6108**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES**  
[www.saopedrodo.sul.rs.gov.br](http://www.saopedrodo.sul.rs.gov.br) [licitacoes@saopedrodo.sul.org](mailto:licitacoes@saopedrodo.sul.org)

---

### **ANEXO III – LOCAIS DE ENTREGA**

**1- Setor Alimentação Escolar: Rua Coronel Scherer, esquina Rua Fernando Ferrari, nº 164 - Centro - Fone: 055 3276-6148**

**2- EMEF Carlos Guilherme Lampert: Rua Ernande de Oliveira, 419, Bairro Maturino de O. Bello - Fone: 055 32766128**

**3 - EMEI Zilda Arns Neumann: Rua Lindolfo Agne, 1101, Bairro Maturino Bello - Fone: 055 32766132**



ANEXO IV

**MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE		
Identificação da proposta de atendimento à Chamada Pública nº 001/2023 – Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		
I - IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR		
FORNECEDOR INDIVIDUAL		
1. Nome do Proponente		2. CPF,
3. Endereço	4. Município/UF	5. CEP:
6. Nº da DAP Física	7. Fone	8. Email (quando houver)
9. Banco	10. Nº da Agência	11. Nº Conta Corrente
II – RELAÇÃO DOS PRODUTOS		

Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição		Cronograma de Entrega dos Produtos
			Unitário	Total	
III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA					
Nome: Prefeitura Municipal		CNPJ: 87.489.910.0001-68		Município: São Pedro do Sul	
Endereço: Rua Floriano Peixoto, nº 222 – CEP: 97.400-000			Fone: (55) 3276-6100		



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL - RS**

**CNPJ: 87.489.910/0001-68**

**Rua Floriano Peixoto, 222 CEP 97400-000 – São Pedro do Sul - RS**

**Fone Geral (55) 3276-6100 - Licitações (55) 3276.6108**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES**

[www.saopedrodosul.rs.gov.br](http://www.saopedrodosul.rs.gov.br)

[licitacoes@saopedrodosul.org](mailto:licitacoes@saopedrodosul.org)

Nome do Representante Legal:		CPF:
<b>Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.</b>		
Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual:	CPF:



**MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR – GRUPO INFORMAL**

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
Identificação da proposta de atendimento à Chamada Pública nº 001/2023 – Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)					
<b>I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES</b>					
<b>GRUPO INFORMAL</b>					
1. Nome do Proponente		2. CPF			
3. Endereço		4. Município/UF		5. CEP::	
6. Email (quando houver)		7. Fone:			
10. Organizado P/Entidade Articuladora  ( ) Sim ( ) Não		9. Nome da Entidade Articuladora  (quando houver)		10. Email/Fone	
<b>II – FORNECEDORES PARTICIPANTES</b>					
1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Banco	5. Nº Agência	6. Nº Conta Corrente
<b>III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA PNAE/FNDE/MEC</b>					
1. Nome da Entidade Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul		2. CNPJ: 87.489.910.0001-68		3. Município São Pedro do Sul/RS	
<b>IV – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS</b>					
1. Identificação do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de Aquisição/Unidade	Valor Total
					Total Agricultor



						Total Agricultor
					Total do Projeto	
<b>V – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO</b>						
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Unidade	5. Valor Total Por Produto	6. Cronograma e Entrega dos Produtos	
				Total do Projeto		
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento						
Local e Data		Assinatura do Representante do Grupo Informal		Fone/e-mail CPF		
Local e Data		Assinatura dos Agricultores do Grupo Informal		Assinatura		



## MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR – GRUPO FORMAL

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
Identificação da proposta de atendimento à Chamada Pública nº 001/2021 – Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)					
<b>I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES</b>					
<b>GRUPO FORMAL</b>					
1. Nome do Proponente		2. CNPJ			
3. Endereço		4. Município/UF			
5. E-mail		6. Fone		7. CEP	
8. Nº DAP Jurídica	9. Banco	10. Nº Agência		11. Nº Conta Corrente	
11. Nº Associados		13. Nº Associados de acordo com a Lei 11.326/2006		14. Nº de Associados com DAP Física	
15. Nome do Representante Legal		16. CPF		17. Fone	
18. Endereço				19. Município/UF	
<b>II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA</b>					
1. Nome da Entidade Prefeitura Municipal		2. CNPJ 87.489.910.0001-68		3. Município/UF São Pedro do Sul - RS	
4. Endereço Rua Floriano Peixoto, 222, CEP: 97400-000				5. Fone (55) 3276-6100	
6. Nome do Representante Legal				CPF	
<b>III – RELAÇÃO DOS PRODUTOS</b>					
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço de Aquisição		5. Cronograma de Entrega dos Produtos
			4.1. Unitário	4.2. Total	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL - RS**  
**CNPJ: 87.489.910/0001-68**  
**Rua Floriano Peixoto, 222 CEP 97400-000 – São Pedro do Sul - RS**  
**Fone Geral (55) 3276-6100 - Licitações (55) 3276.6108**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES**  
[www.saopedrodosul.rs.gov.br](http://www.saopedrodosul.rs.gov.br) [licitacoes@saopedrodosul.org](mailto:licitacoes@saopedrodosul.org)

<b>OBS: Preço publicado no Edital nº 001/2019 (o mesmo que consta na chamada pública)</b>					
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste Projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.					
Local e Data	Assinatura do Representante do Grupo Formal			Fone/e-mail CPF	



## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA PARA GRUPOS FORMAIS

#### DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA

(CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023)

O(A) **(NOME DO GRUPO FORMAL – ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, bairro/localidade \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_ neste ato representado(a) por **(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DE ACORDO COM O PROJETO DE VENDA)**, ( **NACIONALIDADE**), ( **ESTADO CIVIL** ), ( **PROFISSÃO** ), portador (a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, emitida por (pela) \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado (a) \_\_\_\_\_, bairro/localidade \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_ nos termos do Estatuto Social, **DECLARA** atendendo ao disposto na Resolução FNDE/CD nº 26/2013 e sob a pena da lei, que os produtos cotados na **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023**, são produzidos pelos associados/cooperados relacionados no Projeto de Venda.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal do Grupo Formal

=====

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA PARA GRUPOS INFORMAIS OU FORNECEDOR INDIVIDUAL

- No caso de Grupo Informal, todos os integrantes do grupo deverão entregar a declaração individualmente ou adaptar esta declaração conjuntamente (mencionando todos os nomes CPFs, DAPs e assinaturas)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL - RS**  
**CNPJ: 87.489.910/0001-68**  
**Rua Floriano Peixoto, 222 CEP 97400-000 – São Pedro do Sul - RS**  
**Fone Geral (55) 3276-6100 - Licitações (55) 3276.6108**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES**  
[www.saopedrodosul.rs.gov.br](http://www.saopedrodosul.rs.gov.br) [licitacoes@saopedrodosul.org](mailto:licitacoes@saopedrodosul.org)

---

**DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA**  
**(CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023)**

Eu \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, DAP nº \_\_\_\_\_, DECLARO para os devidos fins que os gêneros alimentícios relacionados no Projeto de Venda em meu nome são produzidos na minha Unidade de Produção Familiar.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Assinatura



## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS PARA GRUPOS FORMAIS

#### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS

Eu, \_\_\_\_\_ representante da \_\_\_\_\_ Cooperativa/Associação \_\_\_\_\_, com CNPJ nº \_\_\_\_\_ e DAP Jurídica nº \_\_\_\_\_ sediada \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ firmado abaixo, declaro sob as penas da lei, para fins de participação na **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023** que:

a) serão respeitados e controlados, para a comercialização com grupos formais, o montante máximo previsto na Resolução CD/FNDE nº 04/2015, será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: “Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 40.000,00”.

b) Cabe às cooperativas/associações que firmarem contratos com a Entidade Executora a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite de venda, de R\$ 40.000,00 (vinte mil reais) por unidade familiar.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal



## ANEXO VII

### MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 87.489.910/0001-68, situada na Rua Floriano Peixoto, nº 222, em São Pedro do Sul - RS, neste ato representado pela Prefeita Municipal a **Sra. ZIANIA MARIA BOLZAN**, brasileira, viúva, professora, portadora do R.G. sob nº 4009962558 e do CPF sob nº 260.895.990-34, doravante denominada **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA:** ....., pessoa física, portadora da Cédula de Identidade nº ..... e CPF nº ....., residente na ....., no Município de São Pedro do Sul/RS, doravante denominado **CONTRATADA**.

Firmam o presente contrato, fundamentados nas disposições da Lei nº. 11.947/2009 e na Resolução/CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 04/2015, e tendo em vista o que consta na **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023**, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede pública municipal, verba FNDE/PNAE, de acordo com a **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023**, a qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS AMOSTRAS

2.1. Poderá ser exigida a entrega de amostra dos itens licitados, os quais o Setor Competente julgar necessário. A amostra deverá ser fornecida em até 3 (três) dias após a solicitação por escrito, que poderá ocorrer em qualquer período durante a vigência contratual e deverá atender a mesma marca comercial licitada pela Contratada.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1. A **CONTRATADA** se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao **CONTRATANTE** conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, conforme:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total



<b>TOTAL</b>
--------------

3.2. Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda da Agricultura Familiar, a **CONTRATADA** receberá o valor total de R\$ ..... (.....).

3.3. No valor está incluso o frete referente ao transporte dos produtos da sua origem as escolas da rede municipal da sede, ou no Setor da Alimentação Escolar.

3.4. Durante a vigência do contrato, os preços serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.5. A CONTRATADA deverá prever em suas propostas as altas e baixas sazonais nos preços dos produtos a serem fornecidos, os dissídios coletivos anuais das categorias profissionais envolvidas na contratação, a inflação do período de fornecimento, e outros fatores que poderão influenciar o custo do produto durante o prazo de vigência do contrato, uma vez que estes não estão previstos nas situações do dispositivo legal anteriormente citado.

3.6. Caso o preço seja atualizado, este não poderá ser superior ao praticado no mercado.

3.7. Não serão aceitas trocas de marca dos produtos ofertados, bem como da embalagem (com relação a quantidade), sendo a empresa obrigada ao fornecimento de acordo com o estabelecido no presente termo de contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO LIMITE INDIVIDUAL**

4.1. O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do empreendedor rural não ultrapassará a **R\$ 40.000,00** (quarenta mil reais) por entidade executora, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

4.2. A **CONTRATADA** ou as entidades articuladoras deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA os valores individuais de venda dos participantes, em no máximo 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

5.1. O início da entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras sendo o prazo de fornecimento até o término da quantidade adquirida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL - RS

CNPJ: 87.489.910/0001-68

Rua Floriano Peixoto, 222 CEP 97400-000 – São Pedro do Sul - RS

Fone Geral (55) 3276-6100 - Licitações (55) 3276.6108

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

[www.saopedrodo.sul.rs.gov.br](http://www.saopedrodo.sul.rs.gov.br)

[licitacoes@saopedrodo.sul.org](mailto:licitacoes@saopedrodo.sul.org)

5.2. Os produtos da Agricultura Familiar serão recebidos na sede das escolas situadas na zona urbana do município nas terças – feiras, no período da manhã, conforme solicitação do setor, sendo que os produtos serão recebidos pelo responsável que o vistoriará, verificando se os mesmos atendem as condições estabelecidas neste Contrato.

5.3. Os produtos da agricultura familiar destinado às escolas situadas na zona rural do município, deverão ser entregues no Setor da Alimentação Escolar, situado na Rua Coronel Scherer esquina com Fernando Ferrari, número 164 – Centro, e serão conferidos e avaliados pelo responsável. Os dias para entrega serão em dias úteis (conforme Cronograma), no horário das 07h30min às 09h.

5.4. O recebimento dos gêneros alimentícios se dará mediante apresentação do Termo de Recebimento e as respectivas Notas Fiscais de Venda pela Responsável Técnica do Setor de Alimentação Escolar (Nutricionista).

5.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, na forma na cláusula anterior, o **CONTRATANTE** poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Setor de Alimentação Escolar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

c.1) na hipótese de complementação, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação do **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado.

5.5. O **CONTRATANTE** entregará a **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 4 (quatro) dias úteis ou 7 (sete) dias corridos o cronograma das entregas, com datas, locais e horários mediante forma escrita ou via e-mail.

5.6. O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de estabelecer dias e horários para as entregas dos gêneros alimentícios.

5.7. O **CONTRATANTE** reserva-se no direito de cancelar entregas previamente agendadas ou alterar a quantidade dos itens anteriormente previstos em cronograma. Esta alteração será realizada com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos e será comunicada a **CONTRATADA** por escrito ou via e-mail.



5.8. O **CONTRATANTE** não aceitará sob nenhum pretexto a transferência de responsabilidade de cumprimento das exigências previstas neste Contrato por parte da **CONTRATADA** para terceiros, sejam estes fabricantes, intermediários ou quaisquer outros.

5.9. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, por meio escrito, ficando a aceitação da mercadoria facultada ao contratante.

**5.10. Os produtos somente serão recebidos pelo Setor de Merenda Escolar, quando atendidas as seguintes exigências:**

- a) Data de validade mínima para entrega dos gêneros alimentícios, sendo:
- b) Leite tipo UHT – Validade mínima de 90 dias por lote, a contar da data de entrega.
- c) Iogurte de fruta – Validade mínima de 21 dias a contar da data de entrega.
- d) Feijão, lentilha, óleo de soja e farinha de trigo – Validade mínima de 90 dias após a data de entrega.
- e) Queijo, presunto, requeijão e demais itens resfriados – Validade mínima de 30 dias após a data de entrega.
- f) Pães – Validade mínima de 8 dias após a entrega.

5.11. Demais itens não perecíveis – Validade mínima de seis meses após a data de entrega.

5.12. As frutas e verduras deverão ser transportadas em caixas plásticas, do tipo polietileno, em embalagem plástica. Não serão aceitas frutas e verduras entregues em caixas de papelão ou madeira.

5.13. Será observado no ato do recebimento as condições higiênico-sanitárias do veículo e dos equipamentos utilizados para o transporte dos gêneros alimentícios, podendo ocorrer recusa do alimento por parte do Contratante caso sejam observadas condições impróprias de armazenamento, transporte e embalagem.

5.14. Todos os itens serão pesados no ato do recebimento em balança digital eletrônica. Serão aceitas diferenças de peso de cem gramas para mais ou a menos da quantidade solicitada.

5.15. Caso a quantidade esteja inferior ao solicitado, a **CONTRATADA** receberá uma notificação por escrito do setor competente, solicitando a entrega da quantidade restante no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas. Caso não ocorra o ressarcimento da quantidade, poderá ser aceita a reemissão da nota fiscal eletrônica com a quantidade entregue ou a contratada ficará sujeita as penalidades previstas em lei.



5.16. Não serão aceitos alimentos com embalagem violada, amassada ou fora dos padrões de qualidade ou da embalagem primária (no caso dos não perecíveis). Não serão aceitos enlatados com embalagem amassada, pacotes furados ou quaisquer outras inadequações. Frutas e verduras serão observadas quanto ao grau de maturação das mesmas. Não serão aceitas frutas e verduras machucadas ou com grau de maturação inadequado.

5.17. Itens resfriados, tais como, queijos, margarinas, presuntos, bebidas lácteas e iogurtes devem ser transportados em caixas térmicas caso o veículo para transporte não seja equipado com refrigeração. Alimentos entregues em temperatura ambiente sem nenhum cuidado com a temperatura poderão ser recusados no ato da entrega por parte do **CONTRATANTE**.

5.18. Todos os produtos deverão conter origem, lote, data de fabricação, peso líquido e data de validade. Não serão aceitos produtos sem procedência identificada. Só serão aceitos ovos em embalagem de dúzia individual. Pães deverão conter a data de fabricação impressa no rótulo.

5.19. Os produtos serão conferidos no ato da entrega, sendo que o **CONTRATANTE** poderá solicitar troca dos mesmos por inconformidades descritas nos itens anteriores em até quarenta e oito horas após a entrega.

5.20. A **CONTRATADA** se obriga a ajustar, refazer e/ou substituir qualquer produto entregue, que pelo material utilizado ou defeito de fabricação, por inconformidade por data de validade, tipo ou classificação do produto torna-o inadequado.

5.21. A substituição ou troca do produto com inconformidade deverá ser realizada em até quarenta e oito horas. Caso não ocorra a substituição solicitada, a **CONTRATADA** poderá sofrer as penalidades previstas neste edital.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: Programa Alimentação Escolar – PNAE.

### **Órgão: 0601 – Ensino Fundamental**

2062 – Alimentação Escolar (E.M.E.F)

33.90.30.07 – Material de Consumo – Gêneros de Alimentação

Código da Dotação: 236 – Recurso 552 – Bloqueio: 289

### **Órgão: 0602 – Ensino Infantil**

2602 – Alimentação Escolar (E.M.E.I)

33.90.30.07 – Material de Consumo – Gêneros de Alimentação

Código da Dotação: 224 – Recurso 552 – Merenda Escolar – Bloqueio 304



### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será mediante depósito bancário na **Conta Corrente** nº ..... **da Agência ..... do Banco.....**

7.2. O pagamento efetuado pelo **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

7.3. O pagamento não isentará a **CONTRATADA** da responsabilidade pelo objeto entregue ou implicará em sua aceitação.

7.4. O pagamento dar-se-á da seguinte forma:

I- A **CONTRATADA** deverá expedir Nota Fiscal (NF), em nome da Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul, constando os produtos adquiridos no período, com a identificação desse contrato e do número do empenho.

II- Após a avaliação dos itens adquiridos, constatado o atendimento de todas as cláusulas contratuais pelo responsável pela fiscalização do contrato que dará o aceite na NF, encaminhando-a ao Setor de Almoxarifado para lançamento da liquidação da NF, o qual remeterá, imediatamente, à Secretaria Municipal da Fazenda que efetuará o pagamento a **CONTRATADA**, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal, após análise da documentação pelo Setor de Contabilidade.

7.5. O atraso na entrega da nota fiscal/fatura acarretará o adiamento do prazo de pagamento da mesma quantidade de dias, não incidindo neste caso, qualquer acréscimo de valores a título de juros, multa ou correção monetária.

7.6. Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

7.7. O **CONTRATANTE** reserva-se ao direito de suspender o pagamento se o serviço prestado ou materiais fornecidos estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

7.8. Nos preços constantes da proposta estão embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, que possam vir a gravá-los, sendo de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a quitação destes.

7.9. Não será efetuado qualquer pagamento a **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no art. 55, Inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

8.2. A CONTRATADA declara que atende a todas as exigências legais e regulatória a execução do presente instrumento, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, à pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

8.3. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o ressarcimento de eventuais prejuízos decorrentes da má qualidade dos produtos ou do atraso no fornecimento, que deverão ser apurados em processo administrativo próprio.

8.4. É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

8.5. Os produtos deverão ser entregues, exclusivamente às expensas do contratado, as quais inclui despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outras necessárias para o fornecimento do produto

8.6. Quando da entrega, os frutos e legumes deverão apresentar-se:

I. isentos de substâncias terrosas;

II. sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa;

III. sem parasitas, larvas ou outros animais, inclusive nas embalagens;

IV. sem umidade externa anormal;

V. isentos de odor e sabor estranhos;

VI. isentos de enfermidades.

8.7. Todos os produtos deverão estar acondicionados em embalagens novas e adequadas aos produtos, que não danifiquem e provoquem lesões que afetem a sua aparência e utilização.

8.8. Todos os produtos deverão conter em suas embalagens: identificação do produto, data de validade e identificação do produtor.

8.9. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal.



8.10. A pontualidade na entrega das mercadorias está vinculada ao cumprimento do Cardápio Nutricional. A não pontualidade na entrega das mercadorias implicará em prejuízo à execução do cardápio e consequentes transtornos ao balanceamento nutricional, dando ensejo à rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

8.11 A **CONTRATADA** fica obrigada aceitar nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. O **CONTRATANTE**, em razão da supremacia do interesse público sobre o interesse particular, poderá realizar as seguintes ações quanto ao CONTRATO:

9.2. Modificá-lo unilateralmente para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural e suas Organizações;

9.3. Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos de infração contratual ou inaptidão dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural e suas Organizações;

9.4. Fiscalizá-lo quanto a sua execução por meio dos servidores (executores internos) designados para este fim; e

9.5. Aplicar sanções aos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural e suas Organizações, motivadas pela inexecução parcial ou total do CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

9.6. Cumprir e exigir o cumprimento do disposto nas cláusulas do contrato podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

#### **10.1. ADVERTÊNCIA**

A penalidade de ADVERTÊNCIA poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

10.1.1. Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarrete prejuízos para a entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

10.1.2. Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

#### **10.2. MULTA**



O **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, multa moratória e multa por inexecução contratual:

#### **10.2.1. MULTA MORATÓRIA**

I - A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado no cumprimento do objeto ou de prazos estipulados no Edital para os compromissos assumidos.

II - A multa moratória será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia corrido de atraso na entrega dos serviços a contar da emissão da Ordem de Serviço, sobre o valor da NOTA DE EMPENHO.

#### **10.2.2. MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL**

I - A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada no percentual de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata-die, sobre o valor total Contrato, acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano.

II – O atraso injustificado na assinatura do contrato ou a rescisão do mesmo por culpa da contratada implicará em multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta, independentemente da penalidade de suspensão.

#### **10.3. SUSPENSÃO**

10.3.1. A suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de São Pedro do Sul/RS destina-se a punir inadimplente na execução do contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação, podendo ser aplicada nas seguintes hipóteses pelos seguintes períodos:

##### **10.3.2. Por 6 (seis) meses:**

I - Atraso no cumprimento das obrigações assumidas, que tenham acarretado prejuízo à entidade.

II - Execução insatisfatória do contrato, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

##### **10.3.3. Por 1 (um) ano:**

I - Na ocorrência de qualquer ato ilícito praticado pelo licitante visando frustrar seus objetivos ou que inviabilize a licitação, resultando na necessidade de promover novo procedimento licitatório.

II - Recusar-se a assinar o Termo de Contrato dentro do prazo estabelecido.

##### **10.3.4. Por 2 (dois) anos quando a licitante ou contratada:**



I - Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente;

II - Cometer atos ilícitos que acarretem prejuízo à entidade, ensejando a rescisão do contrato;

III - Tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

IV - Apresentar a entidade qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, para participar da licitação;

V - Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com a entidade;

#### **10.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

10.4.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta, se anteriormente for constatada uma das seguintes hipóteses:

I- Ma-fé, ações maliciosas e premeditadas em prejuízo da entidade;

II - Evidência de atuação com interesses escusos;

III – Reincidência de faltas ou aplicação sucessiva de outras penalidades;

10.4.2. Ocorrendo as situações acima expostas, o Município de São Pedro do Sul/RS, poderá aplicar a Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, concomitantemente, com a aplicação da penalidade de suspensão de 2 (dois) anos, extinguindo-se após seu término.

10.4.3. A Declaração de Inidoneidade implica proibição da contratada de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida a reabilitação perante a Administração.

10.5. As penalidades previstas neste Contrato poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente, sem prejuízos de outras sanções cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

11.1. A inexecução total ou parcial no Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da Administração, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações.



11.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.1.2. A rescisão no Contrato poderá ser:

a) por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação desde que haja conveniência para a Administração;

c) judicialmente, nos termos da legislação.

11.1.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo FNDE.

12.2. A fiscalização é exercida no interesse da Administração, mas não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

12.3. O **CONTRATANTE** se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste Contrato, se em desacordo com as especificações e as cláusulas contratuais.

12.4. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA** sem ônus para o **CONTRATANTE**.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

13.1. Este contrato reger-se-á conforme Edital de Chamada Pública nº 001/2023, e em conformidade com a Lei Federal nº 11.947/09 e Resolução nº 6, de 08/05/2020.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA

14.1. Os produtos deverão ser garantidos, ficando a **CONTRATADA** responsável pelos encargos decorrentes disso.

14.2. A garantia dos produtos consiste na prestação, pela empresa, de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (e suas alterações).



### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. As omissões relativas ao presente Contrato serão reguladas pela legislação vigente, na forma do Artigo 66 e seguintes da Lei federal 8.666/93 e alterações em vigor.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Pedro do Sul para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Pedro do Sul - RS, ... de ..... de 2023.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO SUL

.....

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

Visto Procuradoria Municipal